**EDITAL**

**CONTRATAÇÃO Nº 266/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92.201/2024**

Processo Administrativo nº E:02000.0000003861/2024

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 279/2026**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 20 de agosto de 2026, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R$ 2.393.000,00 (dois milhões trezentos e noventa e três mil reais).

Data da sessão pública: 18/11/2026.

Horário: 09h - horário de Brasília.

Critério de Julgamento: menor preço, por item.

Modo de disputa: aberto.

Preferências ME/EPP/Equiparadas: sim.

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

## 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MESAS CIRÚRGICAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 2.4 ou 2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento.)

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.5. Nas licitações que prevejam cota reservada destinada à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal; em caso de recusa deste, a adjudicação será ofertada aos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item e 3.7 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.20. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote), o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que integre o grupo, não podendo qualquer deles ultrapassar o valor máximo estimado pela Administração.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.
8.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
8.3. Antes de formalizar o Termo de Contrato ou emitir o instrumento equivalente, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a regularidade fiscal exigida na licitação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, juntando aos autos as respectivas certidões negativas.
8.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
8.6. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
8.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
8.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
8.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
8.8. A regra do subitem 8.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem acima.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (https://portal.sei.al.gov.br/).

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 a 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4 a 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1 a 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço de e-mail: sysleide.amgesp@gmail.com / yona.amgesp@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.10. Em caso de divergência entre as especificações, unidades de medida, condições ou demais exigências dos itens licitados constantes do Portal Comprasnet e aquelas previstas no Termo de Referência, prevalecerão, para todos os fins, as disposições contidas no Termo de Referência.

12.11. O "Quadro de Avisos" disponibilizado no Portal Comprasnet possui caráter instrutório e vinculante, integrando o presente Edital para todos os fins e efeitos, devendo ser integralmente observado pelos licitantes.

12.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.13.1. ANEXO A – Modelo de Proposta Final;

12.13.2. ANEXO B – Minuta de Termo de Contrato;

12.13.3. ANEXO C – Termo de Referência;

12.13.4. Apêndice do Anexo C – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 26 de outubro de 2026.

LUYZA RAPHAELA TENORIO VITORINO:12111734454 2026.10.26 11:49:59 -03'00'

Luyza Raphaela Tenório Vitorino

Assessora de Apoio de Contratação

Yoná Zenilde Nobre da Silva
Pregoeira Responsável

# ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante: .....
CNPJ: .....
Endereço: .....
CEP .....
Telefone: ..... E-Mail : .....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R$).

| ITEM | **DESCRIÇÃO** | **Marca e modelo:** | Unid. | Qnt. | **PREÇO expresso em R$** | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 01 | XXXXXXXXXX | | Unidade | XX | | |
| **TOTAL GERAL** | | | | | | |

**PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias**, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho, de acordo com as necessidades da Administração.

**VALIDADE DA PROPOSTA**: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

**PRAZO DE PAGAMENTO:** A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO B deste Edital.

**CONTA BANCÁRIA:** Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

**Declaro:**

**1)** que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

**2)** que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

## ANEXO B – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A) (...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...),/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA A AQUISIÇÃO DE BENS.**

**CONTRATANTE**: O(A) (...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...),/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a) (...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

**CONTRATADO**: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº (...)e do(...Pregão/Concorrência...) nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do contrato é a contratação de (...), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| Item | Especificação | CATMAT | Unidade de Medida | Quantidade | Valor unitário (R$) | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| (...) | (...) | (...) | | (...) | (...) | (...) |
| (...) | (...) | (...) | | (...) | (...) | (...) |

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A contratação tem prazo de vigência até (...31 de dezembro do corrente exercício financeiro...), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

***OU***

2.1. O prazo de vigência da contratação é de (...máximo de 5 anos...), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.2. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado.

2.2. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

***OU***

4.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de (...)% (... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste em:

4.1.1.1. (...);

4.1.1.2. (...);

4.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.1.2.1. (...);

4.1.2.2. (...);

4.1.3. Quanto à subcontratação, são necessárias ainda as seguintes especificações técnicas:

4.1.3.1. (...);

4.1.3.2. (...);

4.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das

atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R$ (...) (...valor por extenso...).

| Item | Especificação | Quantidade | Valor (R$) unitário |
|---|---|---|---|
| (...) | (...) | (...) | (...) |
| (...) | (...) | (...) | (...) |

***OU***

5.1. O valor total da contratação é de R$(...) (...valor por extenso...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

8.1.6. efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de (...indicar prazo...);

8.1.10. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de (...indicar prazo...) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9. comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal n° 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.13. comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.17. alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.18. orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviçose nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.20. submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.21. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

***OU***

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a (...)% (... por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato.

***OU***

10.1. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade (...), em valor correspondente a (...)% (... por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

10.1.1. (... indicar bem 1 ...): R$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.2. (... indicar bem 2 ...): R$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.3. TOTAL: R$ (...) (...valor por extenso...).

***OU***

10.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de (...) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a (...)% (... por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato.

***OU***

10.1. O Contratado apresentará, no prazo máximo de (...) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a (...)% (... por cento) do valor (...inicial/anual...) do contrato,acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

10.1.1. (... indicar bem 1 ...): R$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.2. (... indicar bem 2 ...): R$ (...) (...valor por extenso...);

10.1.3. TOTAL: R$ (...) (...valor por extenso...).

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 3 (três) meses após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.3 deste Contrato.

10.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.4.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado;

10.4.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

10.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica no(a) (...indicar banco oficial...), com correção monetária.

10.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

10.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximode(...) dias, contados da data em que for notificada.

10.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

10.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente

10.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

10.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.16. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.16.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave(art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. moratória de (...)% (... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (...) dias;

11.2.4.2. moratória de (...)% (... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de (...)% (... por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a (...) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de (...0,5% (cinco décimos por cento)...) a (...15% (quinze por cento)...) do valor do Contrato;

11.2.4.4. compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de (...15% (quinze por cento)...) a (...30% (trinta por cento)...) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de (...) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.1.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

***OU***

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência daquele dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral do Estado, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Gestão/Unidade: (...);

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Elemento de Despesa: (...);

14.1.5. Plano Interno: (...).

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

_____

CONTRATANTE

_____

CONTRATADO

_____

TESTEMUNHA CPF Nº

_____

TESTEMUNHA CPF Nº

# ANEXO C – TERMO DE REFERÊNCIA;
# APÊNDICE DO ANEXO C – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

EAL-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# Termo de Referência 1375/2026

## Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|---|---|---|---|
| 1375/2026 | 456951-EAL-SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE | MARIA MARIANA FELIX DE LIMA | 26/08/2026 14:56 (v 0.3) |

**Status**

ASSINADO

**Outras informações**

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|---|---|---|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes | | E:02000.0000003861/2024 |

## 1. Definição do objeto

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de **Mesas cirúrgicas**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Código Catmat | Descrição | unid.de Medida | QTD |
|---|---|---|---|---|
| | | **Mesa Cirúrgica**<br>**DESCRIÇÃO CATMAT:**<br>Tipo Estrutura: Aço Inoxidável<br>Acabamento Tampo Leito: Tampo Radiotransparente C/Suporte E Gaveta P/Rx<br>Tipo Movimento Elevação: Trendelemburg, Reverso,Lateral Esquerdo E Direito<br>Perneira: Com Perneira<br>Ombreira: Com Ombreira<br>Suporte Lateral: Com Suporte Lateral Comando Movimento: Controle Remoto<br>Comprimento: Cerca De 2,00 M Largura: 70 Cm<br>**DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:**<br>Características gerais: Móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios; Travamento para uso descrito abaixo: 1. Freios/travas através de sapatas de apoio com acionamento através | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **01** | **399853**<br>**GENÉRICO** | de pedal; ou 2. Sistema central de travamento dos rodízios por pedal; -Estrutura da base confeccionada: 1. Em aço inoxidável; ou 2. Fundido pintado com revestimento resistente a arranhões; -Com revestimento da base: 1. Resina termoplástica tipo ABS; ou 2. Aço Inoxidável; -Estrutura da coluna confeccionada: 1. Em aço inoxidável; ou 2. Com revestimento em aço inoxidável; 3. Ou material de qualidade superior radiotransparente. -Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável; -Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável; Tampo: Radiotransparente em toda sua extensão, firme e sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente. - Subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, sendo: 1. Cabeça; 2. Dorso; 3. Renal; 4. Assento com recorte urológico; 5. Perneiras bipartidas; Seções dos pés (perneiras) e da cabeça, destacáveis sem o auxílio de ferramentas; Dimensões totais de: -Comprimento: 2.000 mm; -Largura: 500 mm; Acionamento dos movimentos motorizados da mesa através de: -Controle remoto com cabo espiralado; Capacidade de carga mínimo de 185 kg Características elétricas: -Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz; -Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento; -Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies); -Grau de proteção contra penetração de água: **IPX4 ou IP-54**; Movimentos e posições da mesa /paciente: -Altura vertical mínima < 700 mm para facilitar cirurgias de neuro e ortorrino. -Altura vertical máxima > 1000 mm para facilitar cirúrgias ortopédicas. -Elevação do piso à superfície da mesa de 700mm (+/- 20mm) a 1000mm (+/- 30mm) de altura; -Deslocamento longitudinal em torno de 300 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico; -Trendelemburg em declive: + 25°; -Trendelemburg em aclive: - 25°; -Tilt lateral: 16° (direito e esquerdo); -inclinação de encosto Dorsal; -inclinação dos segmentos da perna; -inclinação do segmento da cabeça; Acionamento das funções e movimentos da mesa: Acionamento dos movimentos eletrica/eletrohidráulico através do controle remoto: Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto); Acionamento mecânico dos movimentos: Renal; Perneira (inclinação dos segmentos da perna); Cabeça (inclinação do segmento da cabeça); Funções no controle remoto de: Tecla (s) de bloqueio/desbloqueio dos movimentos ou para ligar e desligar a mesa, contra um acionamento involuntário; Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto); Suporte na mesa para fixar o controle remoto à mesa. Certificação: -Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas: - NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL: - 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica; - 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética; - 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas; Deverá possuir: Fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade; Manivela para movimento renal; Cabo de força. Acessórios:<br><br>01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico; Impermeável; Antiestático; Sacável; Sem costuras em relevo; 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável; 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável: Ajuste de altura; Acolchoados; 02 Porta-Coxas,com sistema fixação em aço inoxidável; Sistema de deslocamento longitudinal; Sistema de Baterias; Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento. | **Unidade** | **14** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 02 | **399853**<br>**GENÉRICO** | **Mesa Cirúrgica**<br><br>D**ESCRIÇÃO CATMAT:**<br><br>Tipo Estrutura: Aço Inoxidável Acabamento Tampo Leito: Tampo Radiotransparente C/Suporte E Gaveta P/Rx Tipo Movimento Elevação: Trendelemburg,Reverso,Lateral Esquerdo E Direito Perneira: Com Perneira Ombreira: Com Ombreira Suporte Lateral: Com Suporte Lateral Comando Movimento: Controle Remoto Comprimento: Cerca De 2,00 M Largura: 70 Cm<br><br>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:<br><br>**MESA CIRURGICA ORTOPÉDICA**<br><br>Características gerais: -Base Retangular, móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios, travamento da mesa por freios ou travas com sistema central de travamento através de sapatas de apoio com acionamento através de controle remoto ou controle de coluna; Estrutura da base confeccionada em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões; Com revestimento da base em resina termoplástica tipo ABS, aço inoxidável ou fibra de vidro, resistente a impactos e saneantes; Estrutura da coluna confeccionada em aço 1020/1045 com pintura epóxi e tratamento e-coat, inox ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões, com revestimento em aço inoxidável; Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epóxi e tratatamento e-coat; Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável em toda a extensão da mesa; Tampo radiotransparente em toda sua extensão, firme , sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente, subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, (cabeceira removível , dorso, renal, assento com recorte urológico, e perneiras bipartidas removíveis); Permitir realizar a Inversão do paciente, seções dos pés (perneiras) e da cabeça (cabeceira), destacáveis através de engates rápidos, sem o auxílio de ferramentas, e sem roscas, que permitam a inversão do paciente no tampo, ou seja, encaixar as perneiras no lugar da cabeceira e encaixar a cabeceira no lugar das perneiras; Dimensões totais de comprimento: 2.000 mm, largura: 500 mm; Acionamento dos movimentos eletricos/eletrohidráulicos, através de controle remoto com cabo espiralado, controle na coluna da mesa.<br><br>Movimentos e posições da mesa /paciente:<br><br>- Altura vertical mínima menor ou igual a 600 mm para facilitar cirurgias bariátricas, neuro e otorrino.<br><br>- Altura vertical máxima maior ou igual a 900 mm para facilitar cirurgias ortopédicas. - Elevação do piso à superfície da mesa menor ou igual a 600mm, e maior ou igual a 900mm de altura; - Deslocamento longitudinal mínimo de 250 mm e máximo 320 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico; - Trendelemburg em declive: + 25°; - Trendelemburg em aclive: - 25°; - Tilt lateral (inclinação lateral): 16° (direito e esquerdo); - inclinação de encosto Dorsal; - inclinação dos segmentos da perna; - inclinação do segmento da cabeça; Funções e movimentos da mesa através do controle de coluna e controle remoto com cabo: - ligar ou desligar o controle manual com fio; - travar / destravar os rodízios; - obter a posição flexionada/reflexa; - levantar ou abaixar a parte superior da mesa; - obter as posições de Trendelenburg / Trendelenburg reverso; - inclinar a parte superior da mesa para a direita ou esquerda; - levantar ou abaixar a placa das costas; - deslocar longitudinalmente a parte superior da mesa na direção da extremidade | **Unidade** | **06** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | da cabeça ou dos pés; - obter a posição 0 (retornar a mesa na posição inicial). Funções no controle remoto e controle de coluna de:<br><br>- Indicador de corrente alternada - Indicador de bateria - Indicador de travamento de rodas - Indicador de destravamento de rodas Acionamento mecânico dos movimentos: Renal, Perneira (inclinação dos segmentos da perna), Cabeceira (inclinação do segmento da cabeça); Deverá possuir, fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade, manivela para movimento renal, cabo de força. Capacidade de carga mínima de 350 kg. Características elétricas: - Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz; - Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento; - Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies); - Grau de proteção contra penetração de água: **IPX4 ou IP-54**; Acessórios que acompanham a mesa: - 01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico, impermeável, antiestático, removíveis, sem costuras em relevo; - 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável; - 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável com ajuste de altura e acolchoados; - 01 Kit para cirurgia ortopédica para membros inferiores e superiores,<br><br>- Sistema de deslocamento longitudinal; - Conjunto de Baterias; - Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento. Certificação: - Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas: - NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL: - 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica; - 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética; - 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas; | | |

## 1.2. **JUSTIFICATIVAS DA DESCRIÇÃO OU UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR:**

**399853 Genérico –** DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Características gerais: Móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios; Travamento para uso descrito abaixo: 1. Freios/travas através de sapatas de apoio com acionamento através de pedal; ou 2. Sistema central de travamento dos rodízios por pedal; -Estrutura da base confeccionada: 1. Em aço inoxidável; ou 2. Fundido pintado com revestimento resistente a arranhões; -Com revestimento da base: 1. Resina termoplástica tipo ABS; ou 2. Aço Inoxidável; -Estrutura da coluna confeccionada: 1. Em aço inoxidável; ou 2. Com revestimento em aço inoxidável; 3. Ou material de qualidade superior radiotransparente. -Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável; -Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável; Tampo: Radiotransparente em toda sua extensão, firme e sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente. - Subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, sendo: 1. Cabeça; 2. Dorso; 3. Renal; 4. Assento com recorte urológico; 5. Perneiras bipartidas; Seções dos pés (perneiras) e da cabeça, destacáveis sem o auxílio de ferramentas; Dimensões totais de: -Comprimento: 2.000 mm; -Largura: 500 mm; Acionamento dos movimentos motorizados da mesa através de: -Controle remoto com cabo espiralado; Capacidade de carga mínimo de 185 kg Características elétricas: -Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz; -Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento; -Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies); -Grau de proteção contra penetração de água**: IPX4 ou IP-54**; Movimentos e posições da mesa/paciente: -Altura vertical mínima < 700 mm para facilitar cirurgias de neuro e ortorrino. -Altura vertical máxima > 1000 mm para facilitar cirúrgias ortopédicas. -Elevação do piso à superfície da mesa de 700mm (+/- 20mm) a 1000mm (+/- 30mm) de altura; -Deslocamento longitudinal em torno de 300 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico; -Trendelemburg em declive: + 25°; -Trendelemburg em aclive: - 25°; -Tilt lateral: 16° (direito e esquerdo); -inclinação de encosto Dorsal; -inclinação dos segmentos da perna; -inclinação do segmento da cabeça; Acionamento das funções e movimentos da mesa: Acionamento dos movimentos eletrica/eletrohidráulico através do controle remoto: Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto); Acionamento mecânico dos movimentos: Renal; Perneira (inclinação dos segmentos da perna); Cabeça (inclinação do segmento da cabeça); Funções no controle remoto de: Tecla (s) de bloqueio/desbloqueio dos movimentos ou para ligar e desligar a mesa, contra um acionamento involuntário; Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto); Suporte na mesa para fixar o controle remoto à mesa. Certificação: -Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas: - NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL: - 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica; - 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética; - 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas; Deverá possuir: Fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade; Manivela para movimento renal; Cabo de força. Acessórios: 01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com

recorte urológico; Impermeável; Antiestático; Sacável; Sem costuras em relevo; 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável; 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável: Ajuste de altura; Acolchoados; 02 Porta-Coxas,com sistema fixação em aço inoxidável; Sistema de deslocamento longitudinal; Sistema de Baterias; Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento.

JUSTIFICATIVA: Equipamento essencial na realização de todos os tipos de cirurgias, são nas mesas cirúrgicas que os pacientes são posicionados e ali permanecem até a conclusão do procedimento cirúrgico.

**399853 Genérico** – Descritivo Complementar: MESA CIRURGICA ORTOPÉDICA

Características gerais: -Base Retangular, móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios, travamento da mesa por freios ou travas com sistema central de travamento através de sapatas de apoio com acionamento através de controle remoto ou controle de coluna; Estrutura da base confeccionada em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões; Com revestimento da base em resina termoplástica tipo ABS, aço inoxidável ou fibra de vidro, resistente a impactos e saneantes; Estrutura da coluna confeccionada em aço 1020/1045 com pintura epóxi e tratamento e-coat, inox ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões, com revestimento em aço inoxidável; Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epóxi e tratatamento e-coat; Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável em toda a extensão da mesa; Tampo radiotransparente em toda sua extensão, firme , sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente, subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, (cabeceira removível , dorso, renal, assento com recorte urológico, e perneiras bipartidas removíveis); Permitir realizar a Inversão do paciente, seções dos pés (perneiras) e da cabeça (cabeceira), destacáveis através de engates rápidos, sem o auxílio de ferramentas, e sem roscas, que permitam a inversão do paciente no tampo, ou seja, encaixar as perneiras no lugar da cabeceira e encaixar a cabeceira no lugar das perneiras; Dimensões totais de comprimento: 2.000 mm, largura: 500 mm; Acionamento dos movimentos eletricos/eletrohidráulicos, através de controle remoto com cabo espiralado, controle na coluna da mesa. Movimentos e posições da mesa/paciente: - Altura vertical mínima menor ou igual a 600 mm para facilitar cirurgias bariátricas, neuro e otorrino. - Altura vertical máxima maior ou igual a 900 mm para facilitar cirurgias ortopédicas. - Elevação do piso à superfície da mesa menor ou igual a 600mm, e maior ou igual a 900mm de altura; - Deslocamento longitudinal mínimo de 250 mm e máximo 320 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico; - Trendelemburg em declive: + 25°; - Trendelemburg em aclive: - 25°; - Tilt lateral (inclinação lateral): 16° (direito e esquerdo); - inclinação de encosto Dorsal; - inclinação dos segmentos da perna; - inclinação do segmento da cabeça; Funções e movimentos da mesa através do controle de coluna e controle remoto com cabo: - ligar ou desligar o controle manual com fio; - travar / destravar os rodízios; - obter a posição flexionada/reflexa; - levantar ou abaixar a parte superior da mesa; - obter as posições de Trendelenburg / Trendelenburg reverso; - inclinar a parte superior da mesa para a direita ou esquerda; - levantar ou abaixar a placa das costas; - deslocar longitudinalmente a parte superior da mesa na direção da extremidade da cabeça ou dos pés; - obter a posição 0 (retornar a mesa na posição inicial). Funções no controle remoto e controle de coluna de: - Indicador de corrente alternada - Indicador de bateria - Indicador de travamento de rodas - Indicador de destravamento de rodas Acionamento mecânico dos movimentos: Renal, Perneira (inclinação dos segmentos da perna), Cabeceira (inclinação do segmento da cabeça); Deverá possuir, fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade, manivela para movimento renal, cabo de força. Capacidade de carga mínima de 350 kg. Características elétricas: - Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz; - Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento; - Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies); - Grau de proteção contra penetração de água: **IPX4 ou IP-54**; Acessórios que acompanham a mesa: - 01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico, impermeável, antiestático, removíveis, sem costuras em relevo; - 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável; - 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável com ajuste de altura e acolchoados; - 01 Kit para cirurgia ortopédica para membros inferiores e superiores, - Sistema de deslocamento longitudinal; - Conjunto de Baterias; - Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento. Certificação: - Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas: - NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL: - 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica; - 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética; - 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas;

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

1.5.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas na Lei.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.7. DOS ITENS / E LOTE**

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnica e economicamente possível, realizando-se LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. Fundamentação da contratação

2.1.ATESTO que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual, elaborado nos moldes do Decreto Estadual nº 90.385/2023. Conforme link https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/pncp. pdf.

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. Descrição da solução

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Aceitação de Consórcio

4.1.1. De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, e realizado o parcelamento do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas possam competir individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta e êxito no certame. JUSTIFICA-SE que a para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados dos equipamentos médico-hospitalar, é fundamental manter um controle estrito sobre os procedimentos utilizados. Portanto, a utilização de consórcios pode ser considerada inadequada por diversas razões:

4.1.2 Padronização e Qualidade: O equipamento médico-hospitalar requer uma padronização rigorosa para garantir a consistência e precisão dos resultados. Introduzir múltiplos fornecedores através de um consórcio pode comprometer essa padronização, resultando em variações na qualidade dos serviços prestados.

4.1.3 Responsabilidade e Responsividade: Em casos de incidentes ou necessidade de intervenção rápida, é essencial ter um único ponto de contato responsável pelo equipamento médico-hospitalar. Um consórcio pode dificultar a atribuição clara de responsabilidades e a capacidade de resposta eficiente em situações críticas.

4.1.4 Calibração e Manutenção: A calibração regular e a manutenção dos equipamentos médico-hospitalar são essenciais para garantir a precisão dos resultados. Introduzir múltiplos fornecedores através de um consórcio pode complicar o gerenciamento dessas atividades, aumentando o risco de falhas de calibração e manutenção.

4.1.5 Portanto, para assegurar a integridade, confiabilidade e segurança dos equipamentos médico-hospitalar, não será aceito o uso de consórcios, uma vez que isso garantirá que os mais altos padrões de qualidade e segurança sejam mantidos em todos os aspectos do processo.

4.1.6 O objeto da contratação, ou a atividade de sua comercialização, encontra-se disciplinado pelos seguintes normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, cujas exigências ou requisitos devem ser incorporados ao Termo de Referência, como:

4.1.7 Em relação ao CATMAT, as empresas fornecedoras devem possuir registro dos itens junto a ANVISA, ou dispensa declarada do mesmo.

4.1.8 Conforme estabelecido no **Art. 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976**, nenhum produto de interesse à saúde, seja nacional ou importado, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo no mercado brasileiro antes de registrado no Ministério da Saúde.

**4.1.9 A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999**, em seu art. 8º, incumbiu à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA a competência de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, o que incluiu, dentre outras atividades, segundo o inciso IX do art. 7º da Lei nº 9.782/99, a concessão de registro de produtos.

4.1.10 Segundo **cartilha da Vigilância Sanitária e Licitação Pública (ANVISA, Brasília-2003)**, para que o produto sujeito ao regime de Vigilância Sanitária possa ser comercializado no mercado nacional, deverá ter registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro, que são atos privativos da ANVISA, órgão competente do Ministério da Saúde. O registro é fornecido para os produtos que obedeçam a legislação sanitária vigente, exigindo que as informações de uso, risco, conservação e armazenagem, entre outras, sejam claras e contenham os requisitos para garantir sua segurança e eficácia. Esses produtos deverão atender a critérios técnicos de acordo com a especificidade da categoria do produto licitado.

4.1.11 Em consonância com o **Manual para Regularização de Equipamentos Médicos da ANVISA**, os equipamentos médicos sob-regime de Vigilância Sanitária compreendem todos os equipamentos de uso em saúde com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia, reabilitação ou monitorização de seres humanos e, ainda, os com finalidade de embelezamento e estética. Os equipamentos médicos estão inseridos na categoria de produtos para a saúde, outrora denominados de correlatos, em conjunto com os materiais de uso em saúde e os produtos de diagnóstico de uso in vitro. Estes últimos não serão abordados neste Manual. Os equipamentos médicos são compostos, na sua grande maioria, pelos produtos médicos ativos, implantáveis ou não implantáveis. No entanto, também podem existir equipamentos médicos não ativos, como por exemplo, as cadeiras de rodas, macas, camas hospitalares, mesas cirúrgicas, cadeiras para exame, dentre outros.

**4.1.12 Neste sentido, as empresas que participarem do certame licitatório deverão apresentar o Registro do Equipamento na ANVISA ou dispensa declarada deste, emitida pela Vigilância Sanitária**

### 4.2 Sustentabilidade:

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais: A Secretaria possui contrato vigente de serviços contínuos de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos hospitalares da Classe “I” e dos grupos “A”, “B” e “E” de acordo com a Resolução n° 358, de 29 de Abril de 2005, do CONAMA inclusive determinações da ANVISA e do IBAMA. Deste modo, os equipamentos estão inseridos no Grupo A,B, C, D e E da referida Resolução e serão descartados em total conformidade com a legislação ambiental vigente.

### 4.3. Subcontratação

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.4. Garantia da contratação

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 60 (sessenta) dias, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento em remessa única, no endereço:

**Almoxarifado Central: Rua Ana Maria Coelho, n° 90 – Farol, CEP: 57055-310 Maceió – AL.**

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.2.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, doze meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.2 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

# 6. Modelo de gestão do contrato

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.6. Fiscalização:**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.7. Fiscalização Técnica:**

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**6.8. Fiscalização Administrativa:**

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.9. Gestor do Contrato:**

6.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.6. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

# 7. Critérios de medição e pagamento

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1 Recebimento**

7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.2 Liquidação**

7.2.1 Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1 prazo de validade;

7.2.3.2 a data da emissão;

7.2.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5 o valor a pagar; e

7.2.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7 Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.3 Prazo de pagamento**

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

**7.4 Forma de pagamento**

7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2 O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.4.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4 4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.6 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

# 8. Critérios de seleção do fornecedor

**8. Critérios de seleção do fornecedor**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO.**

**8.2 Forma de fornecimento**

8.2.1 O fornecimento do objeto será integral.

**Exigências de habilitação**

**8.3 Habilitação jurídica**

8.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.8 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.9 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; ou

8.4.2 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

8.4.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.10 fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.5 Qualificação Econômico-Financeira**

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física;

8.5.3 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.5.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.5 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.5.7 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.8 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.8 Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**8.6 Qualificação Técnica**

8.6.1 Dentre outros, são documentos de habilitação compatíveis com as peculiaridades do objeto da licitação:

8.6.2 As empresas fornecedoras devem possuir registro dos equipamentos junto a ANVISA, ou dispensa declarada do mesmo, consoante estabelecido no Art. 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, nenhum produto de interesse à saúde, seja nacional ou importado, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo no mercado brasileiro antes de registrado no Ministério da Saúde.

8.6.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.6.5. Características: fornecimento de equipamentos médicos,

8.6.6. Quantidades: no mínimo de 30% (trinta por cento) da quantidade do objeto licitado;

8.6.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.8 Caso o fornecedor possua natureza de sociedade cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.6.8.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§2º a 6º, da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

8.6.8.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.6.8.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.6.8.4 O registro previsto no art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

8.6.8.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.6.8.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de

convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.6.8.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.6.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.7.10. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R$):** 2.393.000,00

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de DOIS MILHÕES TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL REAIS conforme custos unitários.

## 10. Adequação orçamentária

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| | |
|---|---|
| **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 27524 – FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE – FES | **UNIDADE GESTORA:** 510524 – FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE - FES |
| **PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.302. 1016. 5074 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DAS UNIDADES DE SAÚDE<br>**PLANO ORÇAMENTÁRIO:** 0669 - MODERNIZAR O PARQUE TECNOLOGICO DAS UNIDADES DE SAUDE | |
| **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | |
| **FONTE:** 0500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| **LICITAÇÃO:** 12 – PREGÃO | **GRUPO:** 08 |

**Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.**

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**MARIA MARIANA FELIX DE LIMA**

Equipe de apoio

*Assinou eletronicamente em 26/08/2026 às 14:56:53.*

**JONATHAN CHRISTIAN DA SILVA OLIVEIRA**

Autoridade competente

*Assinou eletronicamente em 26/08/2026 às 11:07:20.*

# Estudo Técnico Preliminar 62/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: E:02000.0000003861/2024

## 2. Descrição da necessidade

A mesa cirúrgica, também conhecida como mesa operatória, é utilizada para posicionar o paciente para procedimentos cirúrgicos. Ela tem um tampo, que se divide em seções. Dessa maneira, o paciente pode ficar sentado ou deitado. Ela ainda conta com uma base central, repleta de mecanismos que contribuem para o ajuste de altura e a inclinação do tampo.

Existem modelos com diferentes configurações e finalidades para que a intervenção prevista seja extremamente assertiva. Mas também para que o paciente fique, na medida do possível, mais confortável e tranquilo com a situação. De acordo com o tipo de cirurgia que será realizado, o profissional pode optar por alguns tipos de mesa cirúrgica específica. As características variam da seguinte forma:

Universais - As mesas universais são mais usadas em cirurgia geral ou digestiva, e ainda nas que são menores e mais rápidas. São versáteis e adequadas para várias especialidades cirúrgicas: cardiovascular, vesicular, plástica, entre outras.

Especializadas - As mesas especializadas, por sua vez, são desenvolvidas de acordo com especialidades médicas. Assim, acessórios específicos podem ser acoplados conforme a necessidade. É o caso das mesas de cirurgia ginecológicas, ortopédicas e oftalmológicas.

A importância da mesa cirúrgica é indispensável dentro de qualquer centro hospitalar, mas não apenas para garantir a segurança dos procedimentos cirúrgicos:

Cada tipo de cirurgia exige um posicionamento diferente do paciente. É por esse motivo que a mesa tem o tampo móvel e dividido em várias partes. Ao desdobrá-los e reposicioná-los, fica mais fácil garantir ao médico mais mobilidade para a cirurgia. Além de deixar o paciente com o apoio adequado, inclusive para a anestesia. Os procedimentos cirúrgicos também acontecem com maior agilidade diante do uso da mesa cirúrgica correta. O paciente não precisa se mover ou ser reposicionado pelos profissionais durante o momento.

Além disso, a mesa conta com perneiras, braçadeiras, apoios para a cabeça, entre outros, o que permite o ângulo certo para intervenções precisas e rápidas. Com a mesa cirúrgica, o trabalho dos cirurgiões fica muito mais fácil. Afinal, o ambiente já fica devidamente apropriado para o trabalho. A mesa pode ser encontrada em tamanhos variados, o que facilita sua adaptação aos ambientes, e se adaptam aos acessórios que os médicos precisam utilizar como suporte para soro, estrutura de tração, entre outros.

Como é de conhecimento geral, encontra-se em processo de construção Hospital do Idoso, Hospital Regional do Médio Sertão as Upas Coruripe e Marechal Deodoro, idealizado com o objetivo de ampliar o acesso à saúde a esta parte da população que busca atendimento ao sistema único de saúde.

Desta forma, com a abertura dessas novas unidades será necessário à aquisição Mesas Cirúrgicas para estruturação dos hospitais sob gestão desta SESAU quais sejam: (Hospital do Idoso, Hospital Regional do Médio Sertão as Upas Coruripe e Marechal Deodoro), funcionem corretamente e propicie o atendimento idealizado, faz-se necessária a aquisição dos mesmos. Além deste, temos no estado o Hospital Geral do Estado, o Hospital Metropolitano, Hospital do Coração, Hospital de Emergência Dr. Daniel Houly, Hospital da Mulher, Hospital Regional do Alto Sertão, Hospital Regional do Norte, Hospital Regional da Mata e Hospital Geral Ib Gatto Falcão. Que tem como perfil de atendimento a população em geral, tendo em vista, o atendimento humanizado e a segurança do paciente.

A aquisição de bens e de serviços por este ente público deve ser norteada pelos princípios e valores fundamentais constitucionais da Administração Pública previsto no artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988, e pela Lei de Licitações e Contratos Lei nº 14.133/2021. A realização de procedimento

licitatório é a regra para as contratações da Administração Pública e visa estimular competitividade e igualdade de condições entre os fornecedores, buscando a seleção da proposta mais adequada aos interesses do órgão ou entidade contratante.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|---|
| Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas - SESAU/AL - Gerência de Engenharia Clínica - GECLIN/SESAU | GLAUCIA MARIA ALVES MENEZES |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Aceitação de Consórcio

4.1.1. De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, e realizado o parcelamento do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas possa competir individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta e êxito no certame. JUSTIFICA-SE que a para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados dos equipamentos médico-hospitalar, é fundamental manter um controle estrito sobre os procedimentos utilizados. Portanto, a utilização de consórcios pode ser considerada inadequada por diversas razões:

Padronização e Qualidade: O equipamento médico-hospitalar requer uma padronização rigorosa para garantir a consistência e precisão dos resultados. Introduzir múltiplos fornecedores através de um consórcio pode comprometer essa padronização, resultando em variações na qualidade dos serviços prestados.

Responsabilidade e Responsividade: Em casos de incidentes ou necessidade de intervenção rápida, é essencial ter um único ponto de contato responsável pelo equipamento médico-hospitalar. Um consórcio pode dificultar a atribuição clara de responsabilidades e a capacidade de resposta eficiente em situações críticas.

Calibração e Manutenção: A calibração regular e a manutenção dos equipamentos médico-hospitalar são essenciais para garantir a precisão dos resultados. Introduzir múltiplos fornecedores através de um consórcio pode complicar o gerenciamento dessas atividades, aumentando o risco de falhas de calibração e manutenção.

Portanto, para assegurar a integridade, confiabilidade e segurança dos equipamentos médico-hospitalar, não será aceito o uso de consórcios, uma vez que isso garantirá que os mais altos padrões de qualidade e segurança sejam mantidos em todos os aspectos do processo.

O objeto da contratação, ou a atividade de sua comercialização, encontra-se disciplinado pelos seguintes normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, cujas exigências ou requisitos devem ser incorporados ao Termo de Referência, como:

Em relação ao CATMAT, as empresas fornecedoras devem possuir registro dos itens junto a ANVISA, ou dispensa declarada do mesmo.

Conforme estabelecido no **Art. 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976**, nenhum produto de interesse à saúde, seja nacional ou importado, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo no mercado brasileiro antes de registrado no Ministério da Saúde.

**A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999**, em seu art. 8º, incumbiu à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA a competência de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, o que incluiu, dentre outras atividades, segundo o inciso IX do art. 7º da Lei nº 9.782/99, a concessão de registro de produtos.

Segundo **cartilha da Vigilância Sanitária e Licitação Pública (ANVISA, Brasília-2003)**, para que o produto sujeito ao regime de Vigilância Sanitária possa ser comercializado no mercado nacional, deverá ter registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro, que são atos privativos da ANVISA, órgão competente do Ministério da Saúde. O registro é fornecido para os produtos que obedeçam a legislação sanitária vigente,

exigindo que as informações de uso, risco, conservação e armazenagem, entre outras, sejam claras e contenham os requisitos para garantir sua segurança e eficácia. Esses produtos deverão atender a critérios técnicos de acordo com a especificidade da categoria do produto licitado.

Em consonância com o **Manual para Regularização de Equipamentos Médicos da ANVISA**, os equipamentos médicos sob-regime de Vigilância Sanitária compreendem todos os equipamentos de uso em saúde com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, terapia, reabilitação ou monitorização de seres humanos e, ainda, os com finalidade de embelezamento e estética. Os equipamentos médicos estão inseridos na categoria de produtos para a saúde, outrora denominados de correlatos, em conjunto com os materiais de uso em saúde e os produtos de diagnóstico de uso in vitro. Estes últimos não serão abordados neste Manual. Os equipamentos médicos são compostos, na sua grande maioria, pelos produtos médicos ativos, implantáveis ou não implantáveis. No entanto, também podem existir equipamentos médicos não ativos, como por exemplo, as cadeiras de rodas, macas, camas hospitalares, mesas cirúrgicas, cadeiras para exame, dentre outros.

**Neste sentido, as empresas que participarem do certame licitatório deverão apresentar o Registro do Equipamento na ANVISA ou dispensa declarada deste, emitida pela Vigilância Sanitária**

## 5. Levantamento de Mercado

Realizado levantamento de mercado, considerando diferentes fontes, inclusive contratações similares de outros entes públicos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da Administração, identifica-se aplicável ao presente caso, somente uma única possibilidade de solução, qual seja: COMPRA / AQUISIÇÃO. Conclui-se, pois, pela escolha da Solução: COMPRA/AQUISIÇÃO através do presente procedimento Licitatório com fundamento na Lei Nº 14.133/2021, conforme a utilização do bem tratar-se da opção mais vantajosa para a Administração, cujo mercado, considerados produtos, fabricantes e fornecedores, não apresenta restrições, revelando-se competitivo.

## 6. Descrição da solução como um todo

Identificadas soluções múltiplas que contemplam os requisitos para o atendimento da necessidade, procede-se à sua análise comparativa, a fim de definir a solução mais adequada:

Solução Nº 1: Celebração de contrato de aluguel dos itens que são imprescindíveis para o devido funcionamento das unidades. Torna-se inviável, tendo em vista que a administração terá uma despesa mensal que representará um custo fixo ao erário, eis que os valores serão destinados mensalmente para pagamento do aluguel. Tais valores em um ano provavelmente se igualarão aos valores da aquisição dos equipamentos. A administração vai pagar por um bem que no final será devolvido, quando poderia adquirir e tornar-se parte de seu patrimônio.

Solução Nº 2: com a compra dos equipamentos, estes passarão a integrar o patrimônio da administração pública, e por serem novos, terão maior durabilidade e confiança na utilização, ressaltando que a administração pública disporá do valor relativo à aquisição uma única vez, não havendo despesas suplementares. Conclui-se então que esta opção se revela mais adequada e viável, atendendo a necessidade deste ente público, demonstrando ser a melhor solução. É igualmente importante ressaltar que estes equipamentos são imprescindíveis para o devido funcionamento das unidades de saúde.

A lei de licitações preza sempre pela aquisição, evitando contratos perpétuos e monopólio de fornecedores.

Conclui-se, pois, pela escolha da Solução Nº 2, visto que, conforme cotejadas as diversas relações custo-benefício, a partir das variáveis esta se torna a opção adequada principalmente de ordem operacional das unidades, além de financeira, assim trata-se da opção mais vantajosa para a Administração, cujo mercado, considerados produtos, fabricantes e fornecedores, não apresenta restrições, revelando-se competitivo.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

| CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|---|---|---|---|
| | **Mesa Cirúrgica**<br>**DESCRIÇÃO CATMAT:**<br>Tipo Estrutura: Aço Inoxidável<br>Acabamento Tampo Leito: Tampo Radiotransparente C/Suporte E Gaveta P/Rx<br>Tipo Movimento Elevação: Trendelemburg,Reverso,Lateral Esquerdo E Direito<br>Perneira: Com Perneira<br>Ombreira: Com Ombreira<br>Suporte Lateral: Com Suporte Lateral Comando Movimento: Controle Remoto<br>Comprimento: Cerca De 2,00 M Largura: 70 Cm<br>**DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:**<br>Características gerais:<br>Móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios; Travamento para uso descrito abaixo:<br>1. Freios/travas através de sapatas de apoio com acionamento através de pedal; ou<br>2. Sistema central de travamento dos rodízios por pedal;<br>-Estrutura da base confeccionada:<br>1. Em aço inoxidável; ou<br>2. Fundido pintado com revestimento resistente a arranhões;<br>-Com revestimento da base: | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 1. Resina termoplástica tipo ABS; ou<br><br>2. Aço Inoxidável;<br><br>-Estrutura da coluna confeccionada:<br><br>1. Em aço inoxidável; ou<br><br>2. Com revestimento em aço inoxidável;<br><br>3. Ou material de qualidade superior radiotransparente.<br><br>-Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável;<br><br>-Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável;<br><br>Tampo:<br><br>Radiotransparente em toda sua extensão, firme e sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente.<br><br>- Subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, sendo:<br><br>1. Cabeça;<br><br>2. Dorso;<br><br>3. Renal;<br><br>4. Assento com recorte urológico;<br><br>5. Perneiras bipartidas;<br><br>Seções dos pés (perneiras) e da cabeça, destacáveis sem o auxílio de ferramentas;<br><br>Dimensões totais de:<br><br>-Comprimento: 2.000 mm;<br><br>-Largura: 500 mm;<br><br>Acionamento dos movimentos motorizados da mesa através de:<br><br>-Controle remoto com cabo espiralado; | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **399853**<br>**GENÉRICO** | Capacidade de carga mínimo de 185 kg<br>Características elétricas:<br>-Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz;<br>-Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento;<br>-Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies);<br>-Grau de proteção contra penetração de água: IPX4 ou IP-54;<br>Movimentos e posições da mesa /paciente:<br>-Altura vertical mínima < 700 mm para facilitar cirurgias de neuro e ortorrino.<br>-Altura vertical máxima > 1000 mm para facilitar cirúrgias ortopédicas.<br>-Elevação do piso à superfície da mesa de 700mm (+/- 20mm) a 1000mm (+/- 30mm) de altura;<br>-Deslocamento longitudinal em torno de 300 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico;<br>-Trendelemburg em declive: + 25°;<br>-Trendelemburg em aclive: - 25°;<br>-Tilt lateral: 16° (direito e esquerdo);<br>-inclinação de encosto Dorsal;<br>-inclinação dos segmentos da perna;<br>-inclinação do segmento da cabeça;<br>Acionamento das funções e movimentos da mesa:<br>Acionamento dos movimentos<br>eletrica/eletrohidráulico através do controle remoto: Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); | **UNIDADE** | **14** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto);<br><br>Acionamento mecânico dos movimentos:<br><br>Renal; Perneira (inclinação dos segmentos da perna); Cabeça (inclinação do segmento da cabeça);<br><br>Funções no controle remoto de:<br><br>Tecla (s) de bloqueio/desbloqueio dos movimentos ou para ligar e desligar a mesa, contra um acionamento involuntário; Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto); Suporte na mesa para fixar o controle remoto à mesa.<br><br>Certificação:<br><br>-Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas:<br><br>- NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL:<br><br>- 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica;<br><br>- 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética;<br><br>- 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas;<br><br>Deverá possuir:<br><br>Fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade; Manivela para movimento renal; Cabo de força.<br><br>Acessórios:<br><br>01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico; Impermeável; Antiestático; Sacável; Sem costuras em relevo; 01 arco de narcose em L com sistema de | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | fixação em aço inoxidável; 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável: Ajuste de altura; Acolchoados; 02 Porta-Coxas,com sistema fixação em aço inoxidável; Sistema de deslocamento longitudinal; Sistema de Baterias; Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento. | | |
| | **Mesa Cirúrgica**<br>**DESCRIÇÃO CATMAT:**<br>Tipo Estrutura: Aço Inoxidável<br>Acabamento Tampo Leito: Tampo Radiotransparente C/Suporte E Gaveta P/Rx<br>Tipo Movimento Elevação: Trendelemburg,Reverso,Lateral Esquerdo E Direito<br>Perneira: Com Perneira<br>Ombreira: Com Ombreira<br>Suporte Lateral: Com Suporte Lateral Comando Movimento: Controle Remoto<br>Comprimento: Cerca De 2,00 M Largura: 70 Cm<br>**DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:**<br>**MESA CIRURGICA ORTOPÉDICA**<br>Características gerais:<br>-Base Retangular, móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios, travamento da mesa por freios ou travas com sistema central de travamento através de sapatas de apoio com acionamento através de controle remoto ou controle de coluna; Estrutura da base confeccionada em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões; Com revestimento da base em resina | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | termoplástica tipo ABS, aço inoxidável ou fibra de vidro, resistente a impactos e saneantes; Estrutura da coluna confeccionada em aço 1020/1045 com pintura epóxi e tratamento e-coat, inox ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões, com revestimento em aço inoxidável; Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epóxi e tratatamento e-coat; Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável em toda a extensão da mesa; Tampo radiotransparente em toda sua extensão, firme , sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente, subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, (cabeceira removível , dorso, renal, assento com recorte urológico, e perneiras bipartidas removíveis); Permitir realizar a Inversão do paciente, seções dos pés (perneiras) e da cabeça (cabeceira), destacáveis através de engates rápidos, sem o auxílio de ferramentas, e sem roscas, que permitam a inversão do paciente no tampo, ou seja, encaixar as perneiras no lugar da cabeceira e encaixar a cabeceira no lugar das perneiras; Dimensões totais de comprimento: 2.000 mm, largura: 500 mm; Acionamento dos movimentos eletricos/eletrohidráulicos, através de controle remoto com cabo espiralado, controle na coluna da mesa.<br><br>Movimentos e posições da mesa /paciente:<br><br>- Altura vertical mínima menor ou igual a 600 mm para facilitar cirurgias bariátricas, neuro e otorrino. | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **399853**<br><br>**GENÉRICO** | - Altura vertical máxima maior ou igual a 900 mm para facilitar cirurgias ortopédicas.<br><br>- Elevação do piso à superfície da mesa menor ou igual a 600mm, e maior ou igual a 900mm de altura;<br><br>- Deslocamento longitudinal mínimo de 250 mm e máximo 320 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico;<br><br>- Trendelemburg em declive: + 25°;<br><br>- Trendelemburg em aclive: - 25°;<br><br>- Tilt lateral (inclinação lateral): 16° (direito e esquerdo);<br><br>- inclinação de encosto Dorsal;<br><br>- inclinação dos segmentos da perna;<br><br>- inclinação do segmento da cabeça;<br><br>Funções e movimentos da mesa através do controle de coluna e controle remoto com cabo:<br><br>- ligar ou desligar o controle manual com fio;<br><br>- travar / destravar os rodízios;<br><br>- obter a posição flexionada/reflexa;<br><br>- levantar ou abaixar a parte superior da mesa;<br><br>- obter as posições de Trendelenburg / Trendelenburg reverso;<br><br>- inclinar a parte superior da mesa para a direita ou esquerda;<br><br>- levantar ou abaixar a placa das costas;<br><br>- deslocar longitudinalmente a parte superior da mesa na direção da extremidade da cabeça ou dos pés;<br><br>- obter a posição 0 (retornar a mesa na posição inicial).<br><br>Funções no controle remoto e controle de coluna de: | **UNIDADE** | **06** | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | - Indicador de corrente alternada<br><br>- Indicador de bateria<br><br>- Indicador de travamento de rodas<br><br>- Indicador de destravamento de rodas<br><br>Acionamento mecânico dos movimentos: Renal, Perneira (inclinação dos segmentos da perna), Cabeceira (inclinação do segmento da cabeça);<br><br>Deverá possuir, fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade, manivela para movimento renal, cabo de força. Capacidade de carga mínima de 350 kg.<br><br>Características elétricas:<br><br>- Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz;<br><br>- Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento;<br><br>- Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies);<br><br>- Grau de proteção contra penetração de água: IPX4 ou IP-54;<br><br>Acessórios que acompanham a mesa:<br><br>- 01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico, impermeável, antiestático, removíveis, sem costuras em relevo;<br><br>- 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável;<br><br>- 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável com ajuste de altura e acolchoados;<br><br>- 01 Kit para cirurgia ortopédica para membros inferiores e superiores, | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | - Sistema de deslocamento longitudinal;<br>- Conjunto de Baterias;<br><br>- Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento.<br><br>Certificação:<br><br>- Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas:<br><br>- NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL:<br><br>- 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica;<br><br>- 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética;<br><br>- 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas; | | |

DAS ESPECIFICAÇÕES SUPLEMENTARES DO OBJETO:

CATMAT Genérico (399853): **MESA CIRURGICA ELETRO-HIDRAULICA PARA CIRURGIAS GERAIS**

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR:

Características gerais:

Móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios; Travamento para uso descrito abaixo:

1. Freios/travas através de sapatas de apoio com acionamento através de pedal; ou

2. Sistema central de travamento dos rodízios por pedal;

-Estrutura da base confeccionada:

1. Em aço inoxidável; ou

2. Fundido pintado com revestimento resistente a arranhões;

-Com revestimento da base:

1. Resina termoplástica tipo ABS; ou

2. Aço Inoxidável;

-Estrutura da coluna confeccionada:

1. Em aço inoxidável; ou

2. Com revestimento em aço inoxidável;

3. Ou material de qualidade superior radiotransparente.

-Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável;

-Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável;

Tampo:

Radiotransparente em toda sua extensão, firme e sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente.

- Subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, sendo:

1. Cabeça;

2. Dorso;

3. Renal;

4. Assento com recorte urológico;

5. Perneiras bipartidas;

Seções dos pés (perneiras) e da cabeça, destacáveis sem o auxílio de ferramentas;

Dimensões totais de:

-Comprimento: 2.000 mm;

-Largura: 500 mm;

Acionamento dos movimentos motorizados da mesa através de:

-Controle remoto com cabo espiralado;

Capacidade de carga mínimo de 185 kg

Características elétricas:

-Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz;

-Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento;

-Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies);

-Grau de proteção contra penetração de água: IPX4 ou IP-54;

Movimentos e posições da mesa/paciente:

-Altura vertical mínima < 700 mm para facilitar cirurgias de neuro e ortorrino.

-Altura vertical máxima > 1000 mm para facilitar cirúrgias ortopédicas.

-Elevação do piso à superfície da mesa de 700mm (+/- 20mm) a 1000mm (+/- 30mm) de altura;

-Deslocamento longitudinal em torno de 300 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico;

-Trendelemburg em declive: + 25°;

-Trendelemburg em aclive: - 25°;

-Tilt lateral: 16° (direito e esquerdo);

-inclinação de encosto Dorsal;

-inclinação dos segmentos da perna;

-inclinação do segmento da cabeça;

Acionamento das funções e movimentos da mesa:

Acionamento dos movimentos

eletrica/eletrohidráulico através do controle remoto: Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto);

Acionamento mecânico dos movimentos:

Renal; Perneira (inclinação dos segmentos da perna); Cabeça (inclinação do segmento da cabeça);

Funções no controle remoto de:

Tecla (s) de bloqueio/desbloqueio dos movimentos ou para ligar e desligar a mesa, contra um acionamento involuntário; Ajuste de altura do tampo; Trendelemburg (declive e aclive); Tilt lateral (direito e esquerdo); Deslocamento longitudinal; Dorsal (inclinação de encosto); Suporte na mesa para fixar o controle remoto à mesa.

Certificação:

-Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas:

- NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL:

- 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica;

- 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética;

- 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas;

Deverá possuir:

Fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade; Manivela para movimento renal; Cabo de força.

Acessórios:

01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico; Impermeável; Antiestático; Sacável; Sem costuras em relevo; 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável; 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável: Ajuste de altura; Acolchoados; 02 Porta-Coxas,com sistema fixação em aço inoxidável; Sistema de deslocamento longitudinal; Sistema de Baterias; Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento.

CATMAT Genérico (399853): **MESA CIRURGICA ORTOPÉDICA** Características gerais:

-Base Retangular, móvel, com quatro rodízios, sendo pelo menos dois giratórios, travamento da mesa por freios ou travas com sistema central de travamento através de sapatas de apoio com acionamento através de controle remoto ou controle de coluna; Estrutura da base confeccionada em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões; Com revestimento da base em resina termoplástica tipo ABS, aço inoxidável ou fibra de vidro, resistente a impactos e saneantes; Estrutura da coluna confeccionada em aço 1020/1045 com pintura epóxi e tratamento e-coat, inox ou aço fundido com pintura epoxi e tratamento e-coat resistente a arranhões, com revestimento em aço inoxidável; Chassi do tampo confeccionado em aço inoxidável, aço 1020/1045 com pintura epoxi e tratamento e-coat ou aço fundido com pintura epóxi e tratatamento e-coat; Trilhos laterais para fixação de instrumentos e acessórios confeccionados em aço inoxidável em toda a extensão da mesa; Tampo radiotransparente em toda sua extensão, firme , sem folgas para cima ou para baixo em relação ao seu eixo principal, mantendo a mesa estável e segura para a realização de seus procedimentos mantendo a segurança e estabilidade do paciente, subdividido em no mínimo 05 seções ou mais, (cabeceira removível , dorso, renal, assento com recorte urológico, e perneiras bipartidas removíveis); Permitir realizar a Inversão do paciente, seções dos pés (perneiras) e da cabeça (cabeceira), destacáveis através de engates rápidos, sem o auxílio de ferramentas, e sem roscas, que permitam a inversão do paciente no tampo, ou seja, encaixar as perneiras no lugar da cabeceira e encaixar a cabeceira no lugar das perneiras; Dimensões totais de comprimento: 2.000 mm, largura: 500 mm; Acionamento dos movimentos eletricos/eletrohidráulicos, através de controle remoto com cabo espiralado, controle na coluna da mesa.

Movimentos e posições da mesa/paciente:

- Altura vertical mínima menor ou igual a 600 mm para facilitar cirurgias bariátricas, neuro e otorrino.

- Altura vertical máxima maior ou igual a 900 mm para facilitar cirurgias ortopédicas.

- Elevação do piso à superfície da mesa menor ou igual a 600mm, e maior ou igual a 900mm de altura;

- Deslocamento longitudinal mínimo de 250 mm e máximo 320 mm para facilitar utilização de arco cirúrgico;

- Trendelemburg em declive: + 25°;

- Trendelemburg em aclive: - 25°;

- Tilt lateral (inclinação lateral): 16° (direito e esquerdo);

- inclinação de encosto Dorsal;

- inclinação dos segmentos da perna;

- inclinação do segmento da cabeça;

Funções e movimentos da mesa através do controle de coluna e controle remoto com cabo:

- ligar ou desligar o controle manual com fio;

- travar / destravar os rodízios;

- obter a posição flexionada/reflexa;

- levantar ou abaixar a parte superior da mesa;

- obter as posições de Trendelenburg / Trendelenburg reverso;

- inclinar a parte superior da mesa para a direita ou esquerda;

- levantar ou abaixar a placa das costas;

- deslocar longitudinalmente a parte superior da mesa na direção da extremidade da cabeça ou dos pés;

- obter a posição 0 (retornar a mesa na posição inicial).

Funções no controle remoto e controle de coluna de:

- Indicador de corrente alternada

- Indicador de bateria

- Indicador de travamento de rodas

- Indicador de destravamento de rodas

Acionamento mecânico dos movimentos: Renal, Perneira (inclinação dos segmentos da perna), Cabeceira (inclinação do segmento da cabeça);

Deverá possuir, fixadores radiais em aço inoxidável para prender os acessórios nas guias laterais, compatíveis com os acessórios solicitados em tipo e em quantidade, manivela para movimento renal, cabo de força. Capacidade de carga mínima de 350 kg.

Características elétricas:

- Alimentação elétrica bivolt automático: 110-220 VAC @ 60 Hz;

- Cabo de alimentação com pelo menos 03 metros de comprimento;

- Possibilidade de acionamento dos movimentos motorizados no caso de falta de energia elétrica da rede através de bateria (s) interna (s) recarregável (ies);

- Grau de proteção contra penetração de água: IPX4 ou IP-54;

Acessórios que acompanham a mesa:

- 01 Jogo de Colchonetes radiotransparentes, compatível com os segmentos do tampo e com recorte urológico, impermeável, antiestático, removíveis, sem costuras em relevo;

- 01 arco de narcose em L com sistema de fixação em aço inoxidável;

- 02 apoios de braços com sistema fixação em aço inoxidável com ajuste de altura e acolchoados;

- 01 Kit para cirurgia ortopédica para membros inferiores e superiores,

- Sistema de deslocamento longitudinal;
- Conjunto de Baterias;

- Demais acessórios indispensáveis ao perfeito funcionamento do equipamento.

Certificação:

- Apresentar junto à proposta o (s) certificado (s) de conformidade das normas:

- NBR IEC e/ou IEC e/ou EN e/ou UL:

- 60601-1 – Exigências gerais de segurança elétrica;

- 60601-1-2 – Compatibilidade Eletromagnética;

- 60601-2-46 – Requisitos particulares para a segurança de mesas cirúrgicas;

DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

A Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas - SESAU, atualmente tem sob sua gestão 26 unidades hospitalares que estão espalhadas por todo o Estado, visando atender a população alagoana em sua totalidade. Cada unidade cumpre papel especifico na região a qual está inserida, apresentando perfis, estruturas e demandas condizentes com o atendimento as quais foram propostas.

Cabe a SESAU informar a importância de determinadas informações para a fundamentação da demanda, tais como:

- A Estrutura/porte da unidade define a sua capacidade de atendimento.
- O perfil da unidade define os serviços a serem ofertados e o publico a ser atendidos.
- Os serviços ofertados definem os equipamentos hospitalares a serem demandados.
- A quantidade de leitos/ambiente definem quais os equipamentos serão necessários para a estruturação da unidade e seu pleno funcionamento.
- O conjunto dessas informações dá suporte para se estimar as quantidades de equipamentos hospitalares a serem utilizados.

Nesse sentido para se estabelecer uma estimativa de quantitativos, o profissional da saúde precisa das informações referentes à: Numero de leitos; capacidade de atendimentos; serviços a serem ofertados. Essas informações são fundamentais para a realização do cálculo da estimativa dos quantitativos. Porém para o processo apenas as seguintes unidades foram contempladas com o processo em questão:

**U01 - Hospital Regional do Médio Sertão**

**U02 - Hospital do Idoso**

**U03 - Hospital Geral do Estado**

**U04 - Hospital do Coração Alagoano Prof. Adib Jatene**

**U05 – Hospital da Criança**

**U06- Hospital Metropolitano de Alagoas**

**U07- Hospital Regional da Mata**

**U08- Hospital Regional do Norte**

**U09- Hospital Regional do Alto Sertão**

Desta forma, em obediência ao que está disposto no art. 5º do Decreto Estadual nº 70.115, de 16/06/2020, através do processo administrativo sob nº E:02000.0000003861/2024 foram elaboradas a seguinte Consolidação das informações: METODO USADO: Quantidade de Leito X Consulta de Ambiente SomaSus X Perfil da Unidade.

De posse das informações prestadas pelos profissionais área-técnica responsáveis, pelas suas respectivas unidades, além do inventário realizado in loco por esta Gerência de Engenharia Clínica – GECLIN, levando em consideração o princípio da boa-fé foi montada uma tabela com os quantitativos para manter as suas respectivas unidade estruturada, disposto a seguir:

Quanto à ambientação dos itens:

| EQUIPAMENTO | UNIDADE | TOTAL |
|---|---|---|
| MESA CIRÚRGICA | **Hospital Regional do Médio Sertão (05 Unid)**<br>**Hospital do Idoso (01 Unid)**<br>**Hospital da Criança (02 Unid)**<br>**Hospital Geral do Estado ( 03 Unid)**<br>**Hospital do Coração Alagoano Prof. Adib Jatene (01 Unid)**<br>**Hospital Metropolitano de Alagoas (01 Unid)**<br>**Hospital Regional da Mata (01 Unid)** | 14 |
| MESA CIRÚRGICA ORTOPÉDICA | **Hospital Geral do Estado ( 02 Unid)**<br>**Hospital Metropolitano de Alagoas (01 Unid)**<br>**Hospital Regional do Alto Sertão (01 Unid)**<br>**Hospital Regional do Norte (02 Unid)** | 06 |

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R$):** 2.593.300,00

O custo estimado total da contratação é de DOIS MILHÕES, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS conforme custos unitários.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnica e economicamente possível, realizando-se licitação do tipo menor preço por item.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação se alinha ao planejamento da Secretária de Estado de Saúde de Alagoas – SESAU conforme o Plano Estadual de Saúde – PES, instituído para o quadriênio 2020-2023, e se vincula à política pública para oferecer uma saúde com qualidade para todos por meio da implantação de um modelo de gestão pública democrática e participativa, promovendo o desenvolvimento humano e social.

O Plano Estadual de Saúde (PES) explicita os compromissos do governo para a saúde dos alagoanos e reflete, a partir da análise situacional e do perfil epidemiológico, as necessidades de saúde da população do Estado de Alagoas, portanto estando em alinhamento com a Portaria nº 2.135/2013 que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além da premissa que O direito à saúde é um direito social previsto na Constituição Federal – CF de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado (arts. 5º, 6º e 196 da CF). Sua garantia deve ser feita por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da CF). A Lei orgânica de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

Desta forma, a presente aquisição insere-se:

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 10.302. 0205. 4448 - MODERNIZAÇÕES DO PARQUE TECNOLÓGICO DAS UNIDADES DE SAÚDE

**PLANO ORÇAMENTÁRIO:** 000669 - MODERNIZAR O PARQUE TECNOLOGICO DAS UNIDADES DE SAUDE

**ELEMENTO DE DESPESA:** 449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição através do presente processo visa cumprir o que reza o Princípio da Continuidade que consiste na proibição da interrupção total do desempenho de atividades do serviço público prestado a população e seus usuários, bem como, do Direito à Saúde, direito este fundamental e indisponível, cuja relevância é inquestionável. Torna-se de vital importância por consistir em meio de efetivação de direitos fundamentais como a vida, a saúde e do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana a continuidade do serviço público impondo ao Estado ou quem lhe faça às vezes, o dever de permanente oferta de sua prestação.

Com a contratação, pretende a Administração alcançar os seguintes resultados:

- Em relação à economicidade, a Administração irá dispor do valor uma única vez, no momento de aquisição do equipamento, dispensando contratos de locação mensal e anual, os equipamentos integrará o patrimônio público, não sendo passível de devolução após o término do contrato,
- Em relação à eficácia, os bens comprados novos terão mais durabilidade e confiança no tratamento dos pacientes.
- Em relação ao melhor aproveitamento de recursos financeiros, os equipamentos serão adquiridos de acordo com a tecnologia de mercado, e por se tratarem de itens permanentes estes não se tornarão obsoletos em curto lapso temporal de uso.
- Em relação à melhoria da qualidade de produtos e serviços oferecidos à sociedade, os resultados serão a abrangência de atendimento aos pacientes que possuem patologias cardíacas e necessitam de atendimento médico especializado, bem como exames e procedimentos cirúrgicos.

A fim de que a Administração alcance os resultados por ela pretendidos, a solução como um todo deverá comportar os seguintes elementos:

- Exigências de registro do equipamento na ANVISA ou dispensa declarada do mesmo,
- Exigências de garantia mínima de 12 meses (incluindo mão de obra para execução dos serviços sob garantia).

## 13. Providências a serem Adotadas

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da adoção de providências para adequação do ambiente.

Indicação do agente público que participarão da gestão do contrato:

Nome: GLAUCIA MARIA ALVES MENEZES

Matrícula: 3209

CPF: 122.040.604-02

Cargo/Função: Gerente de Engenharia Clínica - GECLIN/SESAU

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais: A Secretaria possui contrato vigente de serviços contínuos de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos hospitalares da Classe “I” e dos grupos “A”, “B” e “E” de acordo com a Resolução n° 358, de 29 de Abril de 2005, do CONAMA inclusive determinações da ANVISA e do IBAMA. Deste modo, os equipamentos estão inseridos no Grupo A,B, C, D e E da referida Resolução e serão descartados em total conformidade com a legislação ambiental vigente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

**Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do Termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do Decreto Estadual nº 90.381 /2023.**

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**GLAUCIA MARIA ALVES MENEZES**

Autoridade competente

*Assinou eletronicamente em 14/02/2025 às 08:57:01.*

**MARIA MARIANA FELIX DE LIMA**

Equipe de apoio

*Assinou eletronicamente em 13/02/2025 às 14:39:45.*